



1 Às nove horas do treze de março de dois mil e dezoito, na sede do Tribunal de Contas dos  
2 Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes",  
3 sob a Presidência do Conselheiro **DANIEL LAVAREDA**; presentes os Conselheiros, **JOSÉ**  
4 **CARLOS ARAÚJO, MARA LÚCIA, CEZAR COLARES, ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES E**  
5 **SÉRGIO LEÃO**. Presença da Procuradora Geral do Ministério Público de Contas dos Municípios  
6 do Estado do Pará, **MARIA REGINA CUNHA**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de  
7 Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24  
8 do Regimento Interno desta Corte. Convocados os Conselheiros Substitutos, **ALEXANDRE**  
9 **CUNHA E MÁRCIA COSTA**, para composição de quorum, nos termos da alínea "c", do inciso III,  
10 do Artigo 72 do Regimento Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão,  
11 momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai,*  
12 *Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*".  
13 Votação e aprovação da Ata da Sessão Ordinária nº 10/2018. Em sequência, apresentada a  
14 **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº**  
15 **424002012-00; Fundo Municipal de Saúde de Marabá; Prestação de Contas de 2012;**  
16 **Contas Anuais de Gestão; Responsável: Nilson da Costa Piedade (01/01 a 07/11); Edson Aires**  
17 **dos Santos (08/11 a 31/12).; Instrução: 5º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral**  
18 **Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas; Pedido de Vista do**  
19 **Conselheiro Cezar Colares (Sessão Plenária do dia 30/11/2017); Advogado/Contador: José Soares**  
20 **da Silva - CRC 6.465; Publicado no DOE nº 175 de 09/03/2018.** Cumprindo dispositivo  
21 regimental, o Conselheiro Cezar Colares proferiu seu **VOTO VISTA**: "*Trata-se da Prestação de*  
22 *Contas do Fundo Municipal de Saúde de Marabá, exercício financeiro de 2012, de responsabilidade de*  
23 *Nilson da Costa Piedade (01.01 a 07.11.2012) e Edson Aires dos Santos (08.11 a 31.12.2012). O*  
24 *Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas, designado como relator, em bem fundamentada peça, onde*  
25 *constam Relatório e Voto, propõe a não aprovação das apresentações contas apresentadas por ambos*  
26 *ordenadores, em razão da permanência das seguintes falhas: Nilson da Costa Piedade (01.01 a*  
27 *07.11.2012): – Ausência de processo licitatório em meio magnético, para despesas no valor de*  
28 *R\$22.130.166,27. – Não foi identificado no sistema e-contas informações referentes aos empenhos pagos*  
29 *por ocasião da contratação de credores. – Não encaminhamento da apresentação de providências*  
30 *adotadas, sugeridas no relatório técnico de inspeção, aprovado em sessão plenária por intermédio da*  
31 *Resolução nº 10.504 de 27/09/2012, e instruído ao gestor municipal por meio da Notificação nº*  
32 *11/2012/5ª Controladoria/TCM/PA (fl. 107, processo nº 201214461-00). Edson Aires dos Santos (08.11 a*  
33 *31.12.2012): – Lançamento na conta receita a comprovar no valor de R\$7.538,69 pela diferença no saldo*  
34 *levantado pelos extratos bancários (fls. 134/260, processo nº 201309010-00) e o demonstrado pelo*  
35 *balancete financeiro do 3º quadrimestre (fls. 07/09, processo nº 201419427-00). – Não foi identificado no*  
36 *sistema e-contas informações referentes aos empenhos pagos por ocasião da contratação de credores. –*  
37 *Ausência de procedimento licitatório em meio magnético, para despesas no total de R\$1.639.877,65. Em*  
38 *função das falhas apontadas, além da reprovação das contas, propõe o Conselheiro Relator o recolhimento*  
39 *ao FUMREAP das seguintes multas: Nilson da Costa Piedade (01.01 a 07.11.2012): – 10.000 UPF/PA, pela*  
40 *ausência de processo licitatório em meio magnético, para despesas no valor de R\$22.130.166,27, com base*  
41 *no art. 72, II da LC nº 109/2016. – 1.000 UPF/PA, pelo não encaminhamento da apresentação de*



42 *providências adotadas, sugeridas no relatório técnico de inspeção, aprovado em sessão plenária por*  
43 *intermédio da Resolução nº 10.504 de 27/09/2012, com base no art. 72, IV da LC nº 109/2016. Edson*  
44 *Aires dos Santos (08.11 a 31.12.2012): – 1.000 UPF/PA pela ausência de procedimento licitatório em meio*  
45 *magnético, para despesas no total de R\$1.639.877,65, com base no art. 72, II da LC nº 109/2016. É o*  
46 *relatório”. A matéria foi colocada em discussão. Em votação:* Na Sessão Plenária do dia  
47 30.11.2017, os Conselheiros Aloisio Chaves e José Carlos Araújo, acompanharam o Relator na  
48 íntegra. Os Conselheiros Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, bem como o Conselheiro  
49 Substituto Alexandre Cunha decidiram por aguardar a manifestação do Voto Vista. Na presente  
50 Sessão, os Conselheiros Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, bem como o Conselheiro  
51 Substituto Alexandre Cunha, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a  
52 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas de ambos  
53 Ordenadores, aplicação de multas, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público  
54 Estadual (Acórdão nº 31.973). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**  
55 **201605166-00; Prefeitura Municipal de São Sebastião da Boa Vista; TAG de 2016;**  
56 **Termo de Ajustamento de Gestão nº 041/2016; Responsável: Getúlio Brabo de Souza; Ministério**  
57 **Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE**  
58 **nº 175 de 09/03/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator submeteu a  
59 homologação do Pleno o Termo de Ajuste de Gestão – TAG, conforme dispõe o Artigo 153, do  
60 RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em discussão. Em votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves,  
61 Daniel Lavareda, Cezar Colares e Antonio José Guimarães, bem como os Conselheiros Substitutos  
62 Alexandre Cunha e Márcia Costa, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a  
63 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cumprimento do TAG, e anexação à  
64 prestação de contas (Resolução nº 13.743). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.  
65 **Processo nº 201704893-00; Câmara Municipal de Castanhal; TAG de 2017;** Termo de  
66 **Ajustamento de Gestão Nº 129/17; Responsável: Luciana Castanheira Sales; Ministério Público:**  
67 **Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado**  
68 **no DOE nº 175 de 09/03/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator  
69 submeteu a homologação do Pleno o Termo de Ajuste de Gestão – TAG, conforme dispõe o Artigo  
70 153, do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em discussão. Em votação:** Os Conselheiros Aloisio  
71 Chaves, Daniel Lavareda, Cezar Colares e Antonio José Guimarães, bem como os Conselheiros  
72 Substitutos Alexandre Cunha e Márcia Costa, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência  
73 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cumprimento do TAG, e  
74 anexação à prestação de contas (Resolução nº 13.744). Presidência do Conselheiro Daniel  
75 Lavareda. **Processo nº 201704898-00; Câmara Municipal de Inhangapi; TAG de 2017;**  
76 **Termo de Ajustamento de Gestão Nº 135/17; Responsável: Dacivaldo Ferreira dos Santos;**  
77 **Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José**  
78 **Guimarães; Publicado no DOE nº 175 de 09/03/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o  
79 Conselheiro Relator submeteu a homologação do Pleno o Termo de Ajuste de Gestão – TAG,  
80 conforme dispõe o Artigo 153, do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em discussão. Em**  
81 **votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel Lavareda, Cezar Colares e Antonio José



82 Guimarães, bem como os Conselheiros Substitutos Alexandre Cunha e Márcia Costa,  
83 acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à  
84 **unanimidade**, decidiu pelo cumprimento do TAG, e anexação à prestação de contas (Resolução  
85 nº 13.745). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201605138-00; Câmara**  
86 **Municipal de Bagre; TAG de 2016; Termo de Ajustamento de Gestão nº 010/2016;**  
87 **Responsável: Luiz Antônio Almeida Machado; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros;**  
88 **Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE nº 175 de 09/03/2018.** Cumprindo  
89 dispositivo regimental, o Conselheiro Relator submeteu a homologação do Pleno o Termo de  
90 Ajuste de Gestão – TAG, conforme dispõe o Artigo 153, do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em**  
91 **discussão. Em votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel Lavareda, Cezar Colares e  
92 Antonio José Guimarães, bem como os Conselheiros Substitutos Alexandre Cunha e Márcia Costa,  
93 acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à  
94 **unanimidade**, decidiu pelo cumprimento do TAG, e anexação à prestação de contas (Resolução  
95 nº 13.746). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 700012007-00;**  
96 **Prefeitura Municipal de Santana do Araguaia; Prestação de Contas de 2007; Contas**  
97 **Anuais; Responsável: Antonio Carvelli Filho; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público:**  
98 **Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; Advogado/Contador:**  
99 **Maria de Nazaré Alves Pessoa; Publicado no DOE nº 175 de 09/03/2018.** Cumprindo  
100 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-  
101 se pela irregularidade das contas, com aplicação de multas, e o encaminhamento de cópias dos  
102 autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro  
103 Relator proferiu seu **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel Lavareda, Mara  
104 Lúcia, Cezar Colares, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, acompanharam o Relator na íntegra.  
105 A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela regularidade  
106 das contas, com ressalvas, e aplicação de multas (Resolução nº 13.747). Presidência do  
107 Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 714722014-00; Secretaria Municipal de**  
108 **Educação e Desporto - SEMED de Santarém; Prestação de Contas de 2014; Contas**  
109 **Anuais de Gestão; Responsável: Maria Irene Escher Boger – Secretária Municipal; Instrução: 6ª**  
110 **Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro**  
111 **Aloísio Chaves; Advogado/Contador: Raimundo Carlos Mota Bernardes – CRC/PA n.º 6.741;**  
112 **Publicado no DOE nº 175 de 09/03/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
113 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas,  
114 com aplicação de multas, e o encaminhamento de cópias dos autos ao Ministério Público  
115 Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO. Em**  
116 **votação:** Os Conselheiros Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Cezar Colares, Antonio José Guimarães e  
117 Sérgio Leão, bem como o Conselheiro Substituto Alexandre Cunha, acompanharam o Relator na  
118 íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela  
119 irregularidade das contas, com aplicação de multas, e o encaminhamento de cópias dos autos ao  
120 Ministério Público Estadual (Acórdão nº 31.974). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.



121 **Processo nº 1083322013-00; FUNDEB de Água Azul do Norte; Prestação de Contas de**  
122 **2013; Contas Anuais de Gestão; Responsável: Márcia Luciene de Oliveira; Instrução: 7ª**  
123 **Controladoria/TCM-PA; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro**  
124 **José Carlos Araújo; Advogado/Contador: Ewerton Andrade Cavalcanti CRC/TO 4739-O;**  
125 **Publicado no DOE nº 175 de 09/03/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
126 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas,  
127 com aplicação de multas, e o encaminhamento de cópias dos autos ao Ministério Público  
128 Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO. Em**  
129 **votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Antonio José Guimarães e  
130 Sérgio Leão, bem como o Conselheiro Substituto Alexandre Cunha, acompanharam o Relator na  
131 íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela  
132 irregularidade das contas, com aplicação de multas, e o encaminhamento de cópias dos autos ao  
133 Ministério Público Estadual (Acórdão nº 31.975). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.  
134 **Processo nº 632112014-00; Secretaria Municipal de Meio Ambiente -SEMA de Rio**  
135 **Maria; Prestação de Contas de 2014; Contas Anuais de Gestão; Responsável: Oribes Primo**  
136 **de Freitas; Instrução: 7ª Controladoria/TCM-PA; Ministério Público: Procuradora Maria Inez**  
137 **Gueiros; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; Advogado/Contador: Marcelo Alves dos Santos**  
138 **CRC 11.770 -PA; Publicado no DOE nº 175 de 09/03/2018.** Cumprindo dispositivo  
139 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela  
140 regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu  
141 seu **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Antonio José Guimarães  
142 e Sérgio Leão, bem como os Conselheiros Substitutos Alexandre Cunha e Márcia Costa,  
143 acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**  
144 **unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, e expedição do competente Alvará de  
145 Quitação (Acórdão nº 31.976). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**  
146 **243992009-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Castanhal; Prestação de**  
147 **Contas de 2009; Contas Anuais de Gestão; Responsável: Sidneya Santiago Leite; Instrução: 3ª**  
148 **Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara**  
149 **Lúcia Barbalho; Publicado no DOE nº 175 de 09/03/2018.** Cumprindo dispositivo  
150 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela  
151 regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira  
152 Relatora proferiu seu **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros José Carlos Araújo, Daniel Lavareda,  
153 Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, bem como os Conselheiros Substitutos Alexandre Cunha e  
154 Márcia Costa, acompanharam a Relatora na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O  
155 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação  
156 de multas (Acórdão nº 31.977). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**  
157 **992272010-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Rurópolis; Prestação de**  
158 **Contas de 2010; Contas Anuais de Gestão; Responsável: Marley Terezinha Zanotto Silva;**  
159 **Instrução: Controladoria Regional de Santarém/ 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora**





160 Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia Barbalho; Publicado no DOE nº  
161 175 de 09/03/2018. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
162 posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada  
163 **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros José  
164 Carlos Araújo, Daniel Lavareda, Cezar Colares, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, bem como  
165 o Conselheiro Substituto Alexandre Cunha, acompanharam a Relatora na íntegra. A Presidência  
166 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas,  
167 com ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 31.978). Presidência do Conselheiro Daniel  
168 Lavareda. **Processo nº 42182010-00; Fundo Municipal de Iluminação Pública de**  
169 **Alenquer de Alenquer; Prestação de Contas de 2010;** Contas Anuais de Gestão;  
170 Responsável: Alda Luz Duarte Araújo; Instrução: Controladoria Regional de Santarém/ 3ª  
171 Controladoria; Ministério Público Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira  
172 Mara Lúcia Barbalho; **Publicado no DOE nº 175 de 09/03/2018.** Cumprindo dispositivo  
173 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela  
174 irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu  
175 seu **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros José Carlos Araújo, Daniel Lavareda, Cezar Colares e  
176 Sérgio Leão, bem como os Conselheiros Substitutos Alexandre Cunha e Márcia Costa,  
177 acompanharam a Relatora na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**  
178 **unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas  
179 (Acórdão nº 31.979). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 40022011-00;**  
180 **Câmara Municipal de Alenquer; Prestação de Contas de 2011;** Contas Anuais de Gestão;  
181 Responsável: Silvio Campos dos Santos; Instrução: Controladoria Regional de Santarém/ 3ª  
182 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira  
183 Mara Lúcia Barbalho; **Publicado no DOE nº 175 de 09/03/2018.** Cumprindo dispositivo  
184 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela  
185 regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu  
186 seu **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros José Carlos Araújo, Daniel Lavareda, Cezar Colares e  
187 Sérgio Leão, bem como os Conselheiros Substitutos Alexandre Cunha e Márcia Costa,  
188 acompanharam a Relatora na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**  
189 **unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, e expedição do competente Alvará de  
190 Quitação (Acórdão nº 31.980). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**  
191 **1180042006-00; Fundo Municipal de Saúde de Novo Progresso; Prestação de Contas**  
192 **de 2006;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Círia Aurora Ferreira Pimentel; Instrução: 4ª  
193 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio  
194 José Guimarães; **Publicado no DOE nº 175 de 09/03/2018.** Cumprindo dispositivo  
195 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela  
196 regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro  
197 Relator proferiu seu **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Cezar  
198 Colares e Sérgio Leão, bem como os Conselheiros Substitutos Alexandre Cunha e Márcia Costa,



acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 31.981). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 452302013-00; FUNDEB de Melgaço; Prestação de Contas de 2013;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Onilson Carvalho do Nascimento; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 175 de 09/03/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Cezar Colares e Antonio José Guimarães, bem como os Conselheiros Substitutos Alexandre Cunha e Márcia Costa, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com aplicação de multas, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 31.982). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 802192014-00; Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Sebastião da Boa Vista; Prestação de Contas de 2014;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: José Alves Neto; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 175 de 09/03/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Cezar Colares e Antonio José Guimarães, bem como os Conselheiros Substitutos Alexandre Cunha e Márcia Costa, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com expedição do competente Alvará de Quitação (Acórdão nº 31.983). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 550022010-00; Câmara Municipal de Paragominas; Prestação de Contas de 2010;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Antonio Batista Oliveira Lopes; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha Redistribuído do Gabinete do Conselheiro José Carlos Araújo; Advogado/Contador: Elvis Ribeiro da Silva - OAB nº 12.114; **Publicado no DOE nº 175 de 09/03/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com aplicação de multas, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu sua proposta de **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Cezar Colares, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, bem como a Conselheira Substituta Márcia Costa, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com aplicação de multas, e o encaminhamento de cópia dos



238 autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 31.984). Presidência do Conselheiro Daniel  
239 Lavareda. **Processo nº 722042014-00; Fundo Municipal de Educação de Santarém-**  
240 **Novo; Prestação de Contas de 2014;** Oriunda de Tomada de Contas Especial; Responsável:  
241 Waldira Bernardo Monteiro e Sei Ohaze (Responsável Solidário).; Instrução: 5ª Controladoria;  
242 Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas Redistribuído por delegação do Conselheiro Daniel  
243 Lavareda de acordo com a Resolução nº 07/2017; **Publicado no DOE nº 175 de**  
244 **09/03/2018.** Retirado de Pauta. **Processo nº 1254392013-00; Fundo Municipal de**  
245 **Saúde de Terra Alta; Prestação de Contas de 2013;** Contas Anuais de Gestão; Responsável:  
246 Maria de Ribamar Lopes Aranha; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora  
247 Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas Redistribuído por  
248 delegação do Conselheiro Daniel Lavareda de acordo com a Resolução nº 07/2017; **Publicado**  
249 **no DOE nº 175 de 09/03/2018.** Retirado de Pauta. **Processo nº 1254402013-00; Fundo**  
250 **Municipal de Assistência Social de Terra Alta; Prestação de Contas de 2013;** Contas  
251 Anuais de Gestão; Responsável: Rosiene Costa do Nascimento; Instrução: 5ª Controladoria;  
252 Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio  
253 Dantas Redistribuído por delegação do Conselheiro Daniel Lavareda de acordo com a Resolução  
254 nº 07/2017; **Publicado no DOE nº 175 de 09/03/2018.** Retirado de Pauta. **Processo nº**  
255 **1254502013-00; Secretaria Municipal de Educação de Terra Alta; Prestação de Contas**  
256 **de 2013;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Simone Modesto dos Santos Sintra; Instrução:  
257 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro  
258 Substituto Sérgio Dantas Redistribuído por delegação do Conselheiro Daniel Lavareda de acordo  
259 com a Resolução nº 07/2017; **Publicado no DOE nº 175 de 09/03/2018.** Retirado de Pauta.  
260 **Processo nº 1254512013-00; FUNDEB de Terra Alta; Prestação de Contas de 2013;**  
261 Contas Anuais de Gestão; Responsável: Simone Modesto dos Santos; Instrução: 5ª Controladoria;  
262 Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio  
263 Dantas Redistribuído por delegação do Conselheiro Daniel Lavareda de acordo com a Resolução  
264 nº 07/2017; **Publicado no DOE nº 175 de 09/03/2018.** Retirado de Pauta. **Processo nº**  
265 **201604631-00; Câmara Municipal de Ourém; Denúncia Externa de 2015;** Denunciante:  
266 Jorge Luiz Pastana Braga; Denunciado: Luiz Cláudio da Silva Lima (Vereador); Instrução: 3ª  
267 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira  
268 Mara Lúcia Barbalho; **Publicado no DOE nº 175 de 09/03/2018.** Retirado de Pauta.  
269 **Processo nº 201709955-00; Prefeitura Municipal - BRASILIA; Denúncia Externa de**  
270 **2017;** Denúncia de Canaã dos Carajás; Denunciante: Fundo Nacional de Desenvolvimento da  
271 Educação / Edna Santos Fernandes; Denunciado: Jeová Gonçalves de Andrade; Instrução:  
272 Gabinete Conselheiro Cezar Colares; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº**  
273 **175 de 09/03/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator apresentou ao  
274 Plenário sua decisão fundamentada e justificada, pelo arquivamento do referido processo. A  
275 matéria foi colocada **em discussão. Em votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, José Carlos  
276 Araújo, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, acompanharam a



277 Relatora na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu  
278 pelo arquivamento da Denúncia (Resolução nº 13.748). Presidência do Conselheiro Daniel  
279 Lavareda. **Processo nº 201603018-00 (1280022013-00); Câmara Municipal de**  
280 **Ulianópolis; Pedido de Revisão de 2013;** Contra a decisão do objeto do Acórdão nº  
281 27.538/2013; Autor: Marta Resende Soares; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público:  
282 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 175**  
283 **de 09/03/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
284 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e não provimento do Pedido de  
285 Revisão, com a manutenção da decisão recorrida. A matéria foi colocada **em discussão.** O  
286 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** **Em votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel  
287 Lavareda, Mara Lúcia, Cezar Colares, Antonio José Guimarães, bem como os Conselheiros  
288 Substituto Alexandre Cunha e Márcia Costa, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência  
289 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento  
290 parcial do Pedido de Revisão, com reforma da decisão recorrida (Acórdão nº 31.985). Presidência  
291 do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201021414-00 (802172007-00); Fundo**  
292 **Municipal de Saúde - FMS de São Sebastião da Boa Vista; Recurso de 2007;** De  
293 Reconsideração, contra o Acórdão n.º 20.371, de 14/10/2010; Recorrente: Delcimar de Souza  
294 Viana; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:  
295 Conselheiro Aloísio Chaves; Processo retirado de pauta Sessão do dia 30.11.2017; **Publicado no**  
296 **DOE nº 175 de 09/03/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público retificou  
297 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do  
298 Recurso, com a reforma da decisão recorrida. A matéria foi colocada **em discussão.** O  
299 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** *"Pelo conhecimento do presente recurso de reconsideração,*  
300 *para no mérito, dar-lhe provimento parcial, para o fim de modificar a decisão contida no Acórdão n.º*  
301 *20.371, de 14/10/2010, agora pela regularidade com ressalva da prestação de contas do Fundo Municipal*  
302 *de Saúde de São Sebastião da Boa Vista, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. Delcimar de Souza*  
303 *Viana, nos termos do art. 45, II da Lei Complementar n.º 109/2016. O Alvará de Quitação a ser expedido*  
304 *em favor do citado Ordenador é no montante de R\$-2.325.370,23 (dois milhões, trezentos e vinte e cinco*  
305 *mil, trezentos e setenta reais e vinte e três centavos), que fica condicionado à comprovação do*  
306 *recolhimento ao FUMREAP (Lei n.º 7.368/2009), da seguinte quantia: 1. Multa de R\$-1.010,00 (um mil e*  
307 *dez reais), pelo atraso na remessa da documentação do 1º quadrimestre de 60 (sessenta) dias".* **Em**  
308 **votação:** Os Conselheiros José Carlos Araújo, Mara Lúcia, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão,  
309 bem como o Conselheiro Substituto Alexandre Cunha, acompanharam o Relator na íntegra. Os  
310 Conselheiros Daniel Lavareda e Cezar Colares acompanharam o Relator pelo conhecimento e  
311 provimento parcial do Recurso, com a reforma da decisão, e votaram pela manutenção da multa  
312 recorrida no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), referente ao não envio das prestações de  
313 contas do 2º e 3º Quadrimestres. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**  
314 **unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial, com a reforma da decisão  
315 recorrida. (Acórdão nº 31.986). Vencidos os Conselheiros Daniel Lavareda e Cezar Colares que  
316 votam pela manutenção da multa de R\$10.000,00 (dez mil reais), referente ao não envio das





317 prestações de contas do 2º e 3º Quadrimestres. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.  
318 **Processo nº 201107916-00 (1024112002-00); Fundo Municipal de Saúde - FMS de**  
319 **São Geraldo do Araguaia; Recurso de 2002; De Reconsideração contra o Acórdão n.º**  
320 **20.880, de 10/03/2011; Recorrente: Rubens Carvalho Costa; Instrução: 6ª Controladoria;**  
321 **Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves;**  
322 **Publicado no DOE nº 175 de 09/03/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
323 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e pelo não  
324 provimento do Recurso, com a manutenção da decisão recorrida. A matéria foi colocada **em**  
325 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. **Em votação:** Os Conselheiros José Carlos  
326 Araújo, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Cezar Colares, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão,  
327 acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**  
328 **unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, com a reforma da  
329 decisão recorrida (Acórdão nº 31.987). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**  
330 **201504443-00 (140172006-00); Fundação Papa João XXIII - FUNPAPA de Belém;**  
331 **Recurso de 2006; Ordinário contra o Acórdão n.º 25.995, de 11/12/2014; Recorrente: Maria**  
332 **Silva Costa; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros;**  
333 **Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 175 de 09/03/2018.** Cumprindo  
334 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-  
335 se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, com a manutenção da decisão recorrida.  
336 A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. **Em votação:**  
337 Os Conselheiros José Carlos Araújo, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Antonio José Guimarães e  
338 Sérgio Leão, bem como o Conselheiro Substituto Alexandre Cunha, acompanharam o Relator na  
339 íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo  
340 conhecimento e provimento parcial do Recurso, com a manutenção da decisão recorrida (Acórdão  
341 nº 31.988). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201711032-00**  
342 **(1010012008-00); Prefeitura Municipal de Santa Maria das Barreiras; Recurso de**  
343 **2008; Ordinário contra decisão prolatada pela Resolução nº 13.217-TCM/PA; Recorrente: Rodrigo**  
344 **Faria Dal Santo responsável pelo espólio de Odacir Dal Santo; Instrução: 4ª Controladoria;**  
345 **Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães;**  
346 **Publicado no DOE nº 175 de 09/03/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
347 Público retificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento  
348 total do Recurso, com a reforma da decisão recorrida. A matéria foi colocada **em discussão**. O  
349 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. **Em votação:** Os Conselheiros Aloísio Chaves, José  
350 Carlos Araújo, Daniel Lavareda, Mara Lúcia e Sérgio Leão, bem como o Conselheiro Substituto  
351 Alexandre Cunha, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O  
352 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento total do Recurso, com a  
353 reforma da decisão recorrida (Resolução nº 13.749). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.  
354 **Processo nº 201504096-00 (1280012011-00); Prefeitura Municipal de Ulianópolis;**  
355 **Recurso de 2011; Ordinário contra a decisão Objeto do Acórdão 26.055/2015; Recorrente:**



Jonas dos Santos Souza (Ex. Prefeito); Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 175 de 09/03/2018.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201801920-00 (124292009-00); Fundo Municipal de Assistência Social de Baião; Embargo de 2009;** de Declaração - Acórdão nº 31.549/17; Embargante: Benedita Maria Correa Tocantins (Período 12/05 a 31/12); Instrução: Gabinete Conselheiro Cezar Colares; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 175 de 09/03/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator apresentou ao Plenário sua decisão monocrática, em que não conhece do presente Embargos de Declaração, nos termos do Art. 265 do RI/TCM/PA. **Em votação:** Os Conselheiros Alosio Chaves, José Carlos Araújo, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo não conhecimento do Embargos de Declaração (Acórdão nº 31.989). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201801922-00 (124292009-00); Fundo Municipal de Assistência Social de Baião; Embargo de 2009;** de Declaração - Acórdão nº 31.549/17; Embargante: Liduina Maria Aarts de Farias (Período 01/01 a 11/05); Instrução: Gabinete Conselheiro Cezar Colares; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 175 de 09/03/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator apresentou ao Plenário sua decisão monocrática, em que não conhece do presente Embargos de Declaração, nos termos do Art. 265 do RI/TCM/PA. **Em votação:** Os Conselheiros Alosio Chaves, José Carlos Araújo, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo não conhecimento do Embargos de Declaração (Acórdão nº 31.990). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 640012008-00; Prefeitura Municipal de Rondon do Pará; Reabertura de 2008;** de Instrução Processual; Responsável: Edílson Oliveira Pereira; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 175 de 09/03/2018.** O Conselheiro Relator apresentou ao Plenário sua proposta para a Reabertura da Instrução Processual. **Em votação:** Os Conselheiros Alosio Chaves, José Carlos Araújo, Daniel Lavareda, Cezar Colares, Mara Lúcia e Antonio José Guimarães, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela Reabertura da Instrução Processual (Resolução nº 13.750). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:** O Conselheiro Presidente, Daniel Lavareda, reforçou o convite aos seus pares sobre a audiência marcada com o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, Deputado Márcio Miranda, na presente data às 12h. **ENCERRADA** a presente Sessão, às dez horas e trinta minutos da qual foi lavrada a presente Ata. Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em treze de março de dois mil e dezoito.



- 395 Ata aprovada em Sessão Ordinária nº 020/2018, em três de abril de dois mil e dezoito.  
396 Visto:

**Luis Daniel Lavareda Reis Junior**  
Conselheiro / Presidente / Presidente da Sessão

**Hilda Maria Zahluth Centeno Normando**  
Subsecretária